

## Cidades

## MANIFESTAÇÕES

# Abraço contra ação de vândalos

Trezentas pessoas participaram de ato simbólico pedindo restauração de obras de artes destruídas na última manifestação

Andréa Nunes  
Daniel Figueredo

Cerca de 300 pessoas fizeram um abraço simbólico no Palácio Anchieta ontem à tarde, como forma de protesto contra o rastro de destruição deixado por vândalos na manifestação do último dia 19, no centro de Vitória.

O ato foi organizado pelo Sindicato dos Artistas Plásticos do Espírito Santo (Sindiappes) por meio de redes sociais e contou com a presença de artistas capixabas, funcionários do palácio, capoeiristas e outros profissionais.

“O mais machucado nesse momento foram as artes plásticas. Foi atacado o grupo de esculturas

mais antigas de Vitória e também a escultura mais antiga de todas, de mais de 100 anos”, lamentou o presidente do Sindiappes, Carlos Benevides, se referindo à estátua do Menino com Delfim, cuja cabeça foi arrancada por manifestantes durante o protesto.

Segundo Carlos, a peça foi esculpida pelos irmãos Gianordoli em mármore de carrara no século passado e trata-se da escultura mais antiga de Vitória.

“Não deveria ter necessidade de proteger essas obras de arte. As pessoas deveriam ter consciência disso”, acrescentou.

A chefe de cerimonial do Palácio, Hilda Cabas, que ocupa o cargo há 32 anos, participou do abraço e conta que chorou quando viu a depredação noticiada pela imprensa.

“Esse palácio é a minha segunda casa. Eu chorei de pena. O que aconteceu não tem razão de ser. Não me conformo”, disse Hilda.

A mulher do governador, a dentista Virginia Casagrande, e a mãe dele, Ana Ventorim Casagrande, também participaram do ato.

“É inacreditável ver o estrago



ARTISTAS CAPIXABAS e outros profissionais participaram do abraço e depois foram recebidos pelo governador

que fizeram jovens, que poderiam ser meus filhos”, disse Virginia.

Após o abraço simbólico, os artistas foram recebidos pelo governador Renato Casagrande e entregaram um documento no qual exigem providências em relação às obras de arte depredadas e também um trabalho de restauração em todo o sítio histórico no entorno do Palácio Anchieta.

De acordo com o secretário de Estado da Cultura, Maurício Silva, a secretaria vai viabilizar a restauração do patrimônio histórico no Centro. “A reunião foi positiva”, avaliou.

## APRESENTAÇÃO DE CAPOEIRA

ADRIANO HORTA/AT



NA ESCADARIA, em frente ao Palácio Anchieta, um grupo de capoeiristas de Maruípe participou do ato fazendo uma apresentação de capoeira. Eles não participaram da reunião com o governador.

## O QUE ELES DIZEM



“O mais machucado neste momento foram as artes plásticas”

Carlos Benevides, presidente do Sindicato dos Artistas do Estado



“As obras de arte precisam de restauração feita por pessoas habilitadas”

Celso Adolfo Ramos, secretário do Sindicato dos Artistas do Estado



“Fiquei muito chateado quando soube que uma escultura de 1912 foi depredada”

Janio Leonardelli, escultor e artista plástico

## Juíza vai escolher usuários que vão monitorar auditoria

Os usuários que vão acompanhar a auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Espírito Santo (TC-ES) no contrato da Terceira Ponte serão avaliados pela juíza Heloísa Cariello, da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Estadual de Vitória.

Ela escolherá três entre os 135 usuários que se candidataram desde o dia 9 de julho, quando foi publicada decisão liminar que instituiu, entre outras medidas, a redução do valor do pedágio enquanto durar a auditoria do TC-ES.

A escolha, segundo a assessoria de gabinete da juíza, se dará por meio da análise das qualificações dos candidatos, para que estejam aptos a compreender a auditoria.

A previsão é de que a análise começa na primeira semana de agos-

to. O tribunal aguarda o envio de documentos solicitados ao Departamento de Estradas e Rodagem (DER), cujo prazo se encerra no dia 1º de agosto. A duração da auditoria, após o recebimento dos documentos, é de 90 dias, podendo ser prorrogada por igual período.

### QUESTIONAMENTOS

O Tribunal acatou questionamentos solicitados pelo Ministério Público de Contas (MPC).

Dentre os questionamentos estão a análise da licitação, a evolução do preço da tarifa e a legalidade da inclusão da Terceira Ponte no sistema Rodovia do Sol.

Além do MPC, governo do Estado, Assembleia Legislativa e Ministério Público já enviaram questionamentos.